

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

VIOÊNCIA OBSTÉTRICA EM GESTANTES ATENDIDAS EM SERVIÇO PÚBLICO DE PRÉ-NATAL

Ana Karolina Abreu Almeida de Souza¹, Fabiana de Cássia Carvalho Oliveira¹,
Aline Carare Candido².

¹Universidade Federal do Espírito Santo, Alto Universitário, s/n, Guararema - 29500-000 – Alegre, ES, Brasil, anaabreu685@gmail.com, fadcco@gmail.com.

²Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Nutrição e Saúde, Programa de Pós-graduação em Ciência da Nutrição, Avenida P H Rolfs, s/n – 36570-000 – Viçosa, MG, Brasil, alinecarrare@gmail.com.

Resumo

A violência obstétrica infringe o direito das mulheres de passarem por um parto seguro e respeitoso. Diversas intercorrências se enquadram nessa classificação, como a prática de episiotomia, gritos, humilhações, dentre outras. O objetivo deste trabalho foi avaliar a frequência de violência obstétrica entre gestantes. A pesquisa foi transversal, com dados coletados por meio de um entrevista utilizando questionário semiestruturado. As gestantes foram captadas no Programa Saúde da Mulher, local de realização do pré-natal na rede pública municipal de saúde. Dentre as 98 gestantes avaliadas, 11,2% delas sofreram alguma violação na gestação atual, sendo que a maioria citou situações de negligência e com a participação de profissionais da enfermagem. Com os dados encontrados, notou-se a vulnerabilidade em que as gestantes do município encontram-se, demonstrando a necessidade de maior treinamento dos profissionais que as atendem, propiciando maior conforto e segurança em todo o processo.

Palavras-chave: Violência Obstétrica. Parto. Gestante. Pré-natal.

Área do Conhecimento: Ciências da Saúde - Nutrição

Introdução

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), toda mulher tem direito a receber tratamento em saúde com respeito e dignidade (OMS, 2014). Entretanto, fatores como a violência obstétrica têm sido um obstáculo recorrente na manutenção da integridade da saúde física e emocional da mulher.

Para a OMS, violência obstétrica inclui, além de abusos físicos e verbais, a realização de procedimentos sem o consentimento, negligência na assistência, violação da confidencialidade da paciente e constrangimento na incapacidade de realizar o pagamento dos serviços prestados (OMS, 2014). Segundo Trajano e Barreto, a realidade obstétrica brasileira é fortemente marcada por intervenções antiquadas e desagradáveis, além do excesso de medicalização (TRAJANO; BARRETO, 2021). É preciso entender de onde o problema nasce. A desigualdade de gênero é uma das raízes da violência obstétrica, pois, partindo da certeza de que o corpo feminino precisa ser corrigido e controlado, as intervenções mostram-se necessárias (DINIZ, 2009).

Segundo Ladeira e Borges, a gestante vê-se cercada de processos medicalizados, que a desautorizam e colocam-na em uma posição de subjugação, perdendo o protagonismo (LADEIRA; BORGES, 2022). Esses fatos demonstram e reforçam que, desde a gestação, a violência obstétrica já permeia o cenário obstétrico, não ficando reclusa somente ao momento do parto.

O objetivo do presente trabalho foi avaliar a frequência de violência obstétrica entre gestantes, bem como os profissionais envolvidos nesta prática.

Metodologia

A pesquisa foi de delineamento transversal e realizada com gestantes do município de Alegre-ES. Os critérios de inclusão do estudo foram: ser gestante, com idade igual ou maior que 18 anos,

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

atendida pelo Sistema Único de Saúde. O critério de exclusão foi comprometimento intelectual ou cognitivo que inviabilizariam o entendimento do questionário.

Foi feito contato inicial com a Secretaria Municipal de Saúde de Alegre-ES a fim de solicitar anuência e apoio a este projeto e obter o número de gestantes do município. A amostra foi composta por todas as gestantes do município no mês de janeiro do ano de 2022, que totalizaram 128.

A coleta de dados foi feita no Programa Saúde da Mulher, local de realização do pré-natal na rede pública municipal de saúde. Os dados foram coletados entre os meses de junho e outubro de 2022, presencialmente, por meio de entrevista realizada nos momentos que antecediam as consultas, de pré-natal. O instrumento utilizado para a obtenção das informações foi um questionário semiestruturado e padronizado contendo variáveis como se a participante sofreu violência obstétrica na gestação, quem a praticou e quais os tipos de violência foram vivenciadas. A entrevista foi realizada com cada gestante individualmente, a fim de evitar qualquer tipo de constrangimento ou interferência nas informações relatadas.

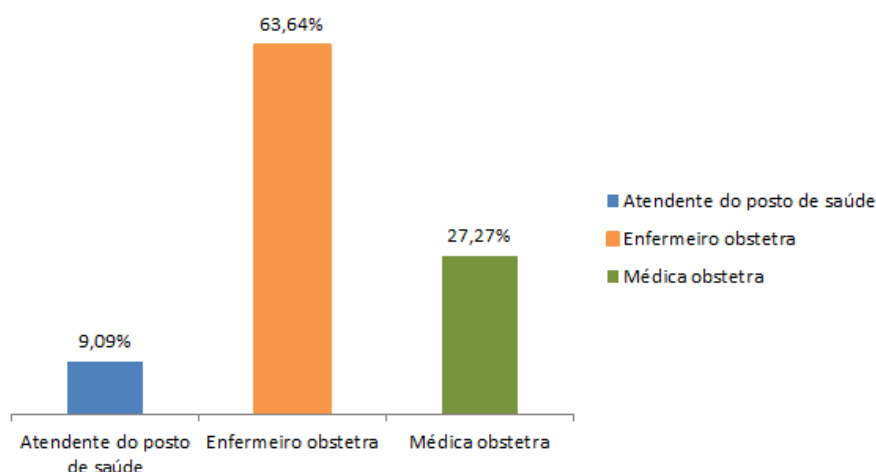
Os dados obtidos com a aplicação do questionário foram tabulados no *Microsoft Excel®*. A análise estatística foi feita pelo programa estatístico *Stata*, versão 9.0. Os dados foram dispostos em frequências.

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Campus de Alegre da Universidade Federal do Espírito Santo, com parecer de número 5.447.922. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi lido junto com as gestantes e participaram do estudo apenas as mulheres que consentissem mediante a assinatura do termo. A gestante teve direito de deixar de participar da pesquisa a qualquer momento, além de ter a privacidade de seus dados garantida.

Resultados

Foram coletados dados de 98 gestantes, valor diferente do idealizado na amostra, pois o acesso a todas as gestantes foi comprometido ao longo do trabalho, além da recusa em participar da pesquisa. Cerca de 11,22% das gestantes relataram ter sofrido desrespeito, ofensa ou violação por parte de algum profissional de saúde na gestação atual. Foi solicitado que as gestantes que relataram a ocorrência de alguma violação na gestação atual relatassem a participação dos profissionais nessas vivências. Os percentuais relativos às violências supracitadas estão demonstrados na Figura 1.

Figura 1: Participação de profissionais de saúde em violências obstétricas. Alegre, 2022

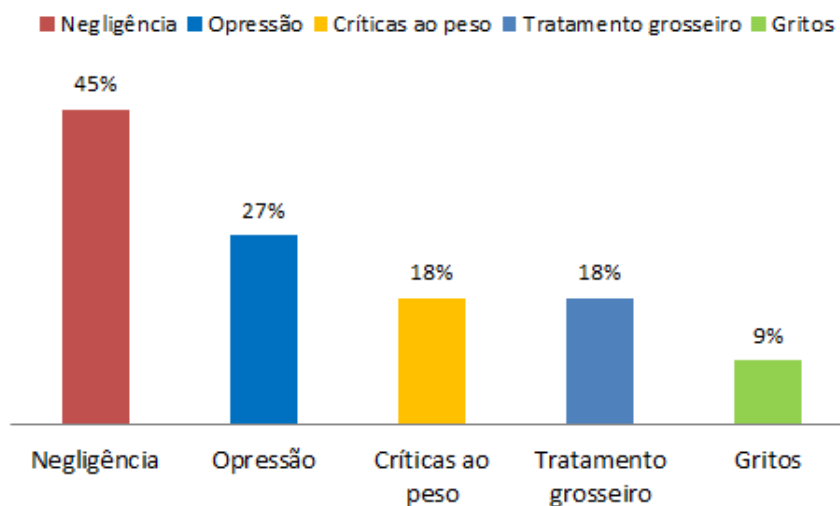


Fonte: Produção do próprio autor (2022).

Os percentuais referentes à exemplificação das práticas violentas vivenciadas pelas gestantes estão demonstrados na Figura 2.

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

Figura 2: Tipos de violências obstétricas relatadas na gestação atual. Alegre, 2022.



Fonte: Produção do próprio autor (2022).

Discussão

Observando o percentual de gestantes que relatam a ocorrência de alguma violação na gestação atual, Lansky traz em seu estudo que 12,6% das mulheres relataram terem sofrido violência obstétrica, o que se assemelha às experiências negativas relatadas pelas gestantes na gestação atual (LANSKY et al., 2019).

Em relação à participação dos profissionais de saúde nas violações citadas pelas participantes da pesquisa, os presentes achados diferiram do encontrado em um estudo do estado do Amazonas, onde os médicos são os profissionais mais citados em denúncias de violência obstétrica (MARTINS et al., 2022). Nota-se a evidente necessidade de treinamento e conscientização dos profissionais no que diz respeito ao tratamento à gestante, tanto no pré, durante ou pós-parto. Em trabalho que traz considerações sobre a autonomia e a ação de profissionais de saúde na violência obstétrica, Palharini (2017) relata que os profissionais que deveriam agir de modo a proteger e zelar pelo bem-estar das gestantes, acabam por não fazê-lo, perpetuando práticas indevidas no processo do parto e, ainda, colocam-se como as verdadeiras vítimas de todo o processo.

Ao analisar os relatos de violências vivenciadas, sabe-se que a gestação é um processo envolvido por vulnerabilidade, principalmente emocional. Apesar do ganho de peso adequado ser um fator importante para o sucesso da gravidez, críticas duras ao peso da gestante, somado ao fato de que grandes mudanças corporais acontecem nesse processo, podem desencadear transtornos alimentares. Esses transtornos trazem riscos a saúde do binômio mãe-bebê, além de interferir na continuidade da gestação (DUNKER et al., 2009).

Conclusão

Os dados do presente estudo demonstraram que a violência obstétrica ocorre não apenas no momento do parto, mas já na gestação, sendo traduzida em situações de negligência, opressão, críticas ao peso, tratamento grosseiro e gritos. E ainda, o profissional que mais foi citado como praticante de violência foi o enfermeiro, embora a prática não seja exclusiva de profissionais da área

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

da saúde. Assim, faz-se necessário maior treinamento com os profissionais que trabalham na rede de saúde, principalmente aqueles na área de obstetrícia, em prol da humanização da atenção e das práticas de pré-natal e parto, visando propiciar às mulheres um cenário de respeito, autonomia, proteção e acolhimento.

A principal limitação do estudo foi a dificuldade em alcançar a amostra prevista, como era o objetivo inicial. Porém, um ponto forte a ser destacado é que os estudos que avaliam a frequência de violência obstétrica no período gestacional são escassos na literatura, demonstrando a importância desta pesquisa e a necessidade de fortalecimento de futuros estudos na área.

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

Referências

DINIZ, C. S. G. Gênero, saúde materna e o paradoxo perinatal. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**. 2009; 19(2):313-26. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v19n2/12.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2023.

DUNKER, K. L. L. *et al.* Transtornos alimentares e gestação – Uma revisão. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jbpsiq/a/xrFWbzG5dkdR9JjKW787td/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 ago. 2023.

LADEIRA, F. M. B.; BORGES, W. A. Colonização do corpo e despersonalização da mulher no sistema obstétrico. **Revista de Administração de Empresas**. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/WmmrVD8nySn993mb4tpKDKg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2023.

LANSKY, S. *et al.* Violência obstétrica: influência da Exposição Sentidos do Nascer na vivência das gestantes. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 2811-2824, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/66HQ4XT7qFN36JqPKNCPrij/?lang=pt>. Acesso em: 07 ago. 2023.

MARTINS, R. B. *et al.* Análise das denúncias de violência obstétrica registradas no Ministério Público Federal do Amazonas, Brasil. **Cadernos Saúde Coletiva**. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/jRdjT97Rnn4W84nsBQVMVff/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 ago. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE-OMS. **Declaração da OMS sobre prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde**. 2014. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/134588/WHO_RHR_14.23_por.pdf. Acesso em: 07 ago. 2023.

PALHARINI, L. A. Autonomia para quem? O discurso médico hegemônico sobre a violência obstétrica no Brasil. **Cadernos Pagu**. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/xpCQkdXRdcQsZZST5bC99Q/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 ago. 2023.

TESSER, C. D. *et al.* Violência obstétrica e prevenção quaternária: o que é e o que fazer. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 10, n. 35, p. 1-12, 2015. Disponível em: <https://www.rbmfcc.org.br/rbmfc/article/view/1013/716>. Acesso em: 07 ago. 2023.

TRAJANO, A. R.; BARRETO, E. A. Violência obstétrica na visão de profissionais de saúde: a questão de gênero como definidora da assistência ao parto. **Interface (Botucatu)**. V. 25, n. e200689, p. 1-16, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/PDnDR5XtNdJy47fkKRW6qcw/?lang=pt>. Acesso em: 07 ago. 2023.